

FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO (FNPJ)
XII ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO
VIII CICLO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE JORNALISMO
MODALIDADE DO TRABALHO: Comunicação Científica
GRUPO DE PESQUISA: Projetos Pedagógicos e Metodologias de Ensino
Coordenador: Prof. Dr. Leonel Aguiar

Sobre a necessidade da formação profissional dos jornalistas para uma sociedade democrática

Isabelle Anchieta¹

RESUMO

Em um contexto em que discute-se o fim da necessidade da formação superior do jornalista venho aqui fazer o caminho inverso. Tentarei demonstrar quais as razões que justificam não o fim das exigências, mas a sua consolidação e intensificação. O jornalismo é, sim, uma área de conhecimento específico que possui decisiva importância sobre as dinâmicas sociais em que está inserido. E, que, por isso, tem uma responsabilidade acrescida sobre a emancipação ou não dos sujeitos e da sociedade. E, como toda profissão que possui tal responsabilidade social, o jornalismo deve vir acompanhado de três elementos fundamentais: formação de qualidade, liberdade de expressão e limites ao exercício dessa liberdade. É nesse sentido que devemos nos empenhar em legitimar o lugar de um comunicador autorizado capaz de realizar as operações técnicas e éticas próprias a profissão e dignas de uma sociedade democrática. O caminho contrário, sua deslegitimação, parece servir apenas aos interesses de pessoas que favorecem-se da ignorância social e da despolitização dos cidadãos.

Palavras-chave: Formação Superior dos jornalistas. Comunicador Autorizado. Conhecimento esotérico. Legitimidade social.

¹ Isabelle Anchieta é mestre e pesquisadora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no curso de Comunicação Social - Fafich. Recebeu prêmio nacional de Jornalismo pelo "Rumos Itaú Cultural" 2007/2008 na categoria professor(a) universitária. É, atualmente, professora Teorias do Jornalismo, Ética e Legislação, Ancoragem e Produção em TV, de Estudos Emergentes em Comunicação e Teorias da Comunicação; no Centro Universitário Newton Paiva..

Para compreendermos melhor o que torna o jornalismo uma área de conhecimento específico (com um ethos e uma ética própria) e que, por essa razão, necessita de uma formação superior consolidada irei, durante o texto a seguir:

- 1) Definir o que caracteriza o jornalismo como modo particular de conhecimento;
- 2) Elucidar alguns equívocos na discussão sobre a formação superior através da distinção entre o que é organização jornalística e a profissão jornalística (que é transorganizacional) ;
- 3) Defender duas razões que definem o jornalismo como profissão.
- 4) Ao fim, organizei em tópicos os fatos e as datas significativas relacionadas ao ensino superior de Jornalismo no Brasil.

1 _ Jornalismo: uma área de conhecimento específico _

Entender qual o conhecimento produzido pelo jornalismo, sua função e sua importância é o primeiro passo para a sua institucionalização social. Sem isso, não poderíamos primeiro defender a existência de uma área de conhecimento, e simultaneamente, inviabilizaríamos a legitimidade de seu ensino superior.

Assim, podemos afirmar que o jornalismo é um discurso sobre os fatos atuais e de interesse da comunidade politizada que tanto é motivado pela realidade social, quanto retorna a ela como um conhecimento que orienta essa mesma realidade. É influenciado e influi sobre essa realidade. O jornalismo é, por isso, um campo de visibilidade e disputa que muito diz sobre a sociedade em que se insere, revelando e influenciando nas dinâmicas e nos sentidos culturais, econômicos e políticos dessa sociedade. Por tudo isso, o jornalismo não está de forma alguma descolado da realidade social. Ao contrário, o jornalismo se legitima por produzir informações, notícias e reportagens, produção que está referenciada no real e que constitui "um esforço de instituir uma certa versão do real" (FRANCISCO, p.40, 1998). É também um saber legitimado socialmente. As pessoas esperam do jornalismo uma narrativa do seu cotidiano e depositam nele sua confiança para isso; é, por assim dizer, um discurso autorizado.

1.1 Os elementos que caracterizam o conhecimento jornalístico

Se tivéssemos que destacar, resumidamente, o que caracteriza o conhecimento produzido pelo jornalismo teríamos os seguintes elementos:

- a) centra-se e orienta-se pela atualidade². A atenção da notícia está sob o presente e se recorre ao passado ou ao futuro esse recurso apenas é útil para explicar melhor o fato presente. A essa fixação pelo presente o jornalista e professor Robert Park denominou de "presente especioso". Chama-o de "especioso", por se tratar de um presente singularizado na forma de conhecimento noticioso. Forma, essa, marcada pela efemeridade do conhecimento³;
- b) seleciona os acontecimentos através de valores e hierarquias determinados simultaneamente pelos valores profissionais e sociais, sendo a proximidade do fato com o receptor o mais significativo;
- c) sua linguagem é intermediária entre o conhecimento especializado e o senso comum, visando ter uma "alta comunicabilidade"⁴ com públicos distintos. Ou seja, não é nem senso comum, já que baseia-se em informações especializadas (como informações econômicas, políticas e etc), no entanto produz um conhecimento na mediação, já que sua função é exatamente tornar o discurso "esotérico" em um discurso "exotérico";

² "Como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem no passado nem futuro, senão do presente - e por isso foi descrita pelos psicólogos como o "presente especioso". Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente. O que aqui se entende por "presente especioso" é indicado pelo fato de ser a notícia, como o sabem os editores da imprensa comercial, mercadoria sumamente perecível" (PARK, p. 175,1976).

³ "A diferença do historiador, o repórter procura tão-somente registrar cada acontecimento isolado e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida que estes projetam luz sobre o real e o presente" (PARK, 174).

⁴ "Definimos comunicabilidade como a capacidade de um texto relativamente complexo ser compreendido pelo máximo de receptores diversos, com repertórios diferentes" (LAGE, p.61,1979)

- d) ordena o acontecimento através de uma ordem lógica e não cronológica⁵;
- e) trata-se de um discurso tanto motivado pelos acontecimentos sociais e seus atores, como um discurso que interfere nesses mesmos acontecimentos.

1.2 _ Objetividade como norma técnico-ética do jornalismo _

O processo de produção da notícia está articulado a uma ética que lhe é própria. Assim, como os médicos possuem um rol de normas técnico-éticas o jornalismo também as possui. A norma técnico-ética fundamental do jornalismo, que norteia uma série de ações é a objetividade. Atacada e criticada como uma idealização⁶ a importância da objetividade jornalística não deve ser, no entanto, menosprezada. Ela possui, sim, um papel normativo central para a prática jornalística. O ideal da objetividade não deve ser tomado, como defende Michel Schudson, como a expressão final de uma convicção nos fatos (como entende-se no senso comum), mas, ao contrário, como a afirmação de um método concebido que toma o real como múltiplo, em que até os fatos não deveriam ser tomados como verdadeiros de antemão. “Com a ideologia de objetividade, os jornais substituíram uma fé simples nos fatos por procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida (Schudson, 1978, p.122).

A objetividade, como procedimento, é um método extremamente saudável e ético para a prática jornalística. Assim, não se trata mais de encontrar uma verdade última ou de acreditar que os fatos possuem uma objetividade em si, mas de buscar produzir uma narrativa equilibrada, o que implica: ouvir as várias versões do fato, por diferentes fontes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato; buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas-éticas. Eugênio Bucci define essa objetividade nos procedimentos como sendo uma intersubjetividade, ou seja,

⁵ Ou seja trata-se de “ um relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante” (LAGE, p.36, 1979)

⁶ Os recorrentes críticos da objetividade jornalística são Gaye Tuchman e Adriano Duarte Rodrigues;

A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato” (BUCCI, p. 93-94, 2000).

Podemos afirmar, assim, que a objetividade não trata-se de uma ideologia imposta pela organização jornalística ou apenas uma estratégia ideológica (segundo Tuchman), mas constitui-se como uma demanda que nasce no seio da própria sociedade. O desejo universal dos sujeitos sociais em saber o que há de novo é o que impulsiona a constituição do jornalismo como área de conhecimento. Assim, a objetividade emerge como uma intersubjetivação, ou seja, como processo de interação entre: jornalistas, sociedade, contexto sócio-cultural e tecnologias.

1.3 _ O jornalismo como um sistema aberto, interdependente e não burocratizado _

Outra característica importante do jornalismo como profissão está no fato singular de organizar-se como um sistema aberto (SOLOSKI; PERROW; THOMPSON). Ou seja, trata-se de uma profissão que não produz um conhecimento próprio, mas depende de outros sub-sistemas para produzir seu conhecimento. Assim, enquanto um sociólogo produz um estudo sobre o assunto, o jornalista só produz uma reportagem se entrevistar o sociólogo sobre sua pesquisa e descoberta. O que o jornalismo produz é resultado da mediação entre o conhecimento especializado e a linguagem de alta comunicabilidade. Assim, seu “produto” depende da produção de terceiros, de suas fontes de informação e dos acontecimentos que lhe são exteriores.

Assim, o jornalismo como um sistema aberto estabelece uma relação de inter-dependência com outros sistemas (políticos, econômicos, educacionais e etc). Ou seja, assim como o jornalista precisa das fontes autorizadas para legitimar suas reportagens, essas fontes também precisam do jornalismo para dar visibilidade e legitimidade as suas ações. Estabelece-se assim um vínculo complexo e conflituoso entre o campo jornalístico e outros sistemas.

O jornalismo depende também dos acontecimentos que são por natureza imprevisíveis. A matéria prima do jornalismo está, assim, fora de seu controle por depender de um ambiente altamente imprevisível. Assim, por mais que se tente organizar o processo de produção da informação através da definição do que será pautado no noticiário, todo o planejamento pode ter de ser refeito na última hora de acordo com a importância dos fatos que se interpõe. Como saberemos quando e onde um avião irá cair? E se um avião cair, todas as reportagens que estavam planejadas certamente saíram em prol desse fato.

Por essas razões (ser um sistema aberto em interdependência com outros subsistemas e por lidar com fatos imprevisíveis) o jornalismo como profissão necessita de uma característica singular para existir: ser não burocratizado. Pois, se a profissão tivesse que ter regras para todas as situações possíveis certamente isso limitaria a capacidade dos jornalistas lidarem com o inesperado, como acontece na maioria das vezes, dada a imprevisibilidade de sua matéria-prima, os acontecimentos que podem irromper a qualquer momento (SOLOSKI, 1993).

Nesse sentido o jornalismo singulariza-se das demais profissões por demandar uma flexibilidade maior em suas regras. Trata-se de uma profissão que necessita de margens para mudanças, já que elas são parte mesmo do processo de produção da notícia. Assim, enquanto em algumas profissões a rotina e precisão sejam elementos necessários, como para um engenheiro que faz os cálculos de resistência de uma construção, o jornalista, ao contrário, lida com fatos inéditos e sem precedentes anteriores. O que não significa que com isso não existam conhecimentos próprios e limites ao processo de produção jornalístico, ao contrário disso, a necessidade dessa flexibilidade torna ainda mais urgente a profissionalização do jornalismo como norteador ético das ações dos jornalistas.

2 _ Profissionalismo x Organização Jornalística _

O profissionalismo é uma base cognitiva que delimita o que é uma profissão, distinguindo-a das demais. Assim, como demonstramos nos itens 1

e 2, o jornalismo possui um ethos e um modo próprio de produzir conhecimento que o distingue da História, Sociologia, Filosofia e etc. Já a organização jornalística trata-se de uma empresa que possui uma política-editorial que pode aproximar-se ou não da ideologia profissional do jornalismo. Estamos afirmando com isso que o profissionalismo e a organização jornalística operam por lógicas distintas, mas estão constantemente em relação.

Assim, a profissão norteia-se pelos limites cognitivos trans-organizacionais próprios ao ethos jornalístico (sendo a objetividade sua principal norma); enquanto a organização estabelece seus limites através de um controle intra-organizacional denominado política-editorial. Nesse sentido o profissionalismo está além e em relação com a organização jornalística. Ou seja, o profissionalismo independe da organização jornalística para existir, pois trata-se de um modo de produção de conhecimento com características universais. No entanto, o profissionalismo, para existir, o faz concretamente por meio das organizações jornalísticas.

Por serem elementos distintos, mas em relação a ideologia profissional choca-se, por vezes, com os interesses organizacionais. Isso se dá, pois, em geral o profissionalismo traz consigo ideologias anti-lucro e mercado, associando o jornalismo a um serviço a sociedade, como um “cão de guarda” responsável por proteger o interesse público. Enquanto, contrariamente, a empresa jornalística compreende a notícia como um produto à venda ().

Um autor preocupado com a questão, John Soloski, afirma que o embate entre as duas esferas é positivo na medida em que tanto a organização jornalística aproxima o jornalista do contexto sócio-histórico capitalista, como o profissionalismo norteia e limita eticamente a ação da empresa jornalística, já que essa também deve limitar-se a atender as normas ético profissionais para não ter sua credibilidade afetada junto ao público e anunciantes.

É nesse sentido que os jornalistas possuem uma relativa autonomia, pois antes de estarem comprometidos com uma organização, estão comprometidos, formados e orientados pelas normas profissionais que são transorganizacionais. É nesse sentido que a formação humanística e profissional, adquirida em grande medida através de um curso superior, faz-se necessária e ainda não suficiente (o que mereceria ainda a intensificação da

formação e do seu controle da qualidade, instituindo-se quem sabe uma espécie de teste de qualificação, como a OAB faz para os cursos de direito, além do fortalecimento das Comissões de ética da área).

3 _ As duas razões fundamentais que explicam a legitimidade profissional do jornalismo _

Para uma profissão garantir o controle de sua base cognitiva, instituindo-se socialmente, faz-se necessário:

- 1) Que possua um conjunto de conhecimentos esotéricos (específicos) e suficientemente estáveis;
- 2) Que o público aceite os profissionais da área como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais (SOLOSKI, p.94, 1993);

Como comprovamos o jornalismo possui, efetivamente, um conjunto de conhecimentos próprios necessários a produção das notícias. O jornalismo possui, portanto: uma lógica própria de produção de conhecimento, técnicas, modo singular de selecionar e compreender os acontecimentos (valores-notícia profissionais); texto com redação específica e jargão especializado (como por exemplo: lead; pirâmide invertida; bigode, sobancelha, teaser, release, pauta, cabeça, off, deixa e etc). Além de ser uma área que já acumula considerável produção acadêmica.

Podemos afirmar que o jornalismo atende o primeiro princípio necessário a sua profissionalização na medida que é uma forma particular de produção de conhecimento sobre os acontecimentos atuais que demanda comunicadores autorizados e especializados.

Em segundo lugar, para que a profissão se institua é necessário que a sociedade confira credibilidade a esse mediador, na medida em que é ele que dará a ver uma série de informações sobre acontecimentos que não podem ser presenciados ou interpretados pelo público diretamente. Nesse sentido as pessoas estabelecem um pacto fiduciário com o jornalista depositando nele a

confiança de que irá relatar os acontecimentos da melhor forma possível, aproximando-se da complexidade do real e tornando-o comunicável. Pois, assim como não nos operamos com outra pessoa senão um médico, o mesmo deveríamos esperar da informação. Na medida em que há um profissional especializado em apurar e divulgar os acontecimentos é ele o mais autorizado e credível a essa operação. E, assim pensa a sociedade brasileira já que mais de 70% da população é favorável a formação superior dos jornalistas, segundo pesquisa realizada em 2008 pela FENAJ/Sensus. A pesquisa revela ainda que ao invés de reduzir as obrigações profissionais a população espera que elas devam ser intensificadas, o que pode ser compreendido pelo apoio de 74% da população a criação de um Conselho Federal dos Jornalistas para a regulamentação da profissão no país (como, por exemplo acontece através da OAB para os advogados e os CREA's para os engenheiros).

Portanto, uma profissão só institui-se com solidez quando é legitimada pela sociedade. Fato, esse, compreendido pela população brasileira na medida que legitima o jornalismo como uma área profissional fundamental para a sua formação cultural e política. Para isso, é essencial defendermos a formação de profissionais credíveis e capacitados nos meios de comunicação. O que implica em oferecer e defender: uma formação de qualidade, condições de trabalho, liberdade de expressão e formas de regulação do exercício dessa liberdade. Condições básicas para a produção de informação e formação de uma sociedade efetivamente emancipada.

Datas e informações importantes sobre o ensino superior de Jornalismo no Brasil⁷

- 1918 - Primeiro Congresso dos Jornalistas - início do debate sobre a necessidade da formação superior dos jornalistas,
- 1943 - Primeiro curso livre de jornalismo, criado Vitorino Castelo Branco, na Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo (Aisp).

⁷ As informações foram retiradas do texto “Jornalismo Cultural: o ensino da disciplina de autoria de Marina Magalhães; Margareth Assis Marinho e Nísio Teixeira, In: ANCHIETA, Isabelle; AZZOLIN, Adriana; MAGALHÃES, Marina; MAGALHÃES; ALZAMORA; Geane; GOLIN, Cida; SEGURA, Ailton; PEREIRA, Wellington; TEIXEIRA; Nísio. **Mapeamento do Ensino de Jornalismo Cultural no Brasil**. São Paulo, Itaú Cultural, 2008.

- 13/05/1943 - o curso de jornalismo no ensino superior é instituído pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-lei 5.480. O decreto determinava que o novo curso deveria ser ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e dos sindicatos.
- 1947 - Aberto o primeiro curso superior de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo.
- 17/10/1969 - A profissão é regulamentada pelos Decreto-lei 972
- 13/04/1979 - Nova regulamentação da profissão pelo Decreto-lei 83284.
- 1962 - Fundada a primeira Escola de Comunicação (agora não vinculado ao curso de Filosofia), na Universidade de Brasília. O responsável pela abertura da “Faculdade de Comunicação de Massa” foi o jornalista Pompeu de Souza.
- 1965 - Criação da Faculdade dos Meios de Comunicação, da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre
- 1966 – Criação da Escola de Comunicação e Artes da USP, dirigida pelo professor Júlio Garcia Morejón e, posteriormente, pelo professor José Marques de Melo.
- 1966 - A Resolução 20/66 listava 16 disciplinas obrigatórias de cultura geral, especiais ou instrumentais e técnicas ou de especialização para a formação superior de Jornalismo.
- 1967 – Criação da Escola de Comunicação (ECO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 1969 - As habilitações: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda e editoração foram introduzidas pelo Parecer 631/69. A habilitação jornalismo foi subdividida em jornalismo impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico. Tal fato motiva a criação de laboratórios nas escolas, destinados as aulas práticas.
- 1977 – O Parecer 1203/77 acabou com a habilitação de editoração e acrescentou rádio e televisão e cinema e dividiu as matérias em geral humanística, fundamentação específica e natureza profissional.
- 1980 - O Conselho Federal de Educação criou uma comissão de 21 especialistas para rever a estrutura dos cursos, que resultou na aprovação do Parecer 480/83 e na Resolução 2/84, que perduraram até 1997. O novo

currículo passou a ter seis habilitações (jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo (rádio e tv), cinema e produção editorial, com duração mínima de 4 e máxima de 7 anos. “Esta resolução foi bastante combatida pelos professores por limitar a liberdade das escolas em montar seus currículos e por não acompanhar as mudanças tecnológicas em curso na Comunicação” 6.

- 1977 - Os currículos mínimos foram extintos e adotada a terminologia de diretrizes curriculares, vinculadas à Lei de Diretrizes e Bases Curriculares da Educação Nacional (LDB).
- 2001 - Parecer 492/01 do Conselho Federal de Educação, determinou as habilitações de jornalismo, relações públicas, publicidade propaganda, radialismo, editoração e cinema. Os cursos passam a poder criar novas habilitações e construir a sua matriz curricular de acordo com o perfil esperado de seus egressos e o mercado regional, previstos em um projeto pedagógico.
- 2002 – Cria-se o documento “Padrões de Qualidade para Cursos de Comunicação Social”, (disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos>) que faz uma série de considerações a respeito da estrutura geral dos cursos e serve como parâmetro para reconhecimento dos cursos pelo Ministério da Educação.

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, Isabelle. A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park. BOCC, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, ISSN 1646-3137, Universidade Beira do Interior, Portugal, 2007.

ANCHIETA, Isabelle; AZZOLIN, Adriana; MAGALHÃES, Marina; MAGALHÃES; ALZAMORA; Geane; GOLIN, Cida; SEGURA, Ailton; PEREIRA, Wellington; TEIXEIRA; Nísio. Mapeamento do Ensino de Jornalismo Cultural no Brasil. São Paulo, Itaú Cultural, 2008.

FRANCISCO, Dalmir. Imprensa e racismo no Brasil: a construção mediática do negro na imprensa escrita brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2000. Tese de Doutorado, 1998.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Vozes, 1979

SHUDSON, Michael. Discovering the news. New York: Basic books, 1978.

SLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson(org). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993, (p 91 – 100).